

AGENDA LEGISLATIVA

2018

- fonacate
- @Fonacate

www.fonacate.org.br



GESTÃO 2016/2018

CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: RUDINEI MARQUES (UNACON SINDICAL)

1º Vice-Presidente (Financeiro): ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA (AFIPEA SINDICAL)

2º Vice-Presidente (Administração e Patrimônio): JORDAN ALISSON PEREIRA (SINAL)

3º Vice-Presidente (Comunicação): CARLOS SILVA (SINAIT)

4º Vice-Presidente (Relações Institucionais): THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO (ANER)

Secretário-Geral: PAULO MARTINS (AUDITAR)

CONSELHO FISCAL

Conselheiro Titular: FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO (ANFIP)

Conselheiro Titular: CHARLES ALCANTARA (FENAFISCO)

Conselheiro Titular: ALEX CANUTO DE SÁ CUNHA (ANESP)

Conselheiro Suplente: PETRUS ELESBÃO (SINDILEGIS)

Secretário-Geral: PAULO MARTINS (AUDITAR)

Coordenadora de Relações Institucionais e Comunicação: Vivian Danielle Silva



SUMÁRIO

Apresentação	4
Projetos em tramitação no Congresso Nacional	5
Negociação coletiva na Administração Pública	6
Projetos em tramitação na Câmara dos Deputados	7
Nova Lei de Licitações	8
Reforma da Previdência	9
Fim da contribuição de inativos	10
Adicional noturno para servidores que recebem subsídios	11
Divulgação de gastos indenizatórios	12
Aposentadoria especial para atividades de risco	13
Organização sindical	14
Licença classista para os servidores da segurança pública	15
Regulamentação de greve em serviços essenciais	16
Permissão a servidores administrativos o exercício do magistério	17
Assédio moral como improbidade administrativa	18
Regulamentação do teto remuneratório	
Lei Geral dos concursos públicos	20
Projetos em tramitação no Senado Federal	21
Aposentadoria integral por invalidez para servidores	22
Demissão de servidores por insuficiência de desempenho	23
Regulamentação do direito de greve dos servidores públicos	24
Medidas de combate à corrupção	25
Siglan Hilizadan	26



APRESENTAÇÃO

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - Fonacate, entidade representativa de cerca de 200 mil servidores, apresenta a Agenda Legislativa 2018 com o objetivo de instruir os servidores públicos a respeito dos projetos mais importantes que os afetam e servir de base para articulação e mobilização e m defesa dos seus direitos.

A última Sessão Legislativa tende a ser a mais curta da Legislatura, em virtude da coincidência com as eleições gerais, que comprimem o calendário. Neste ano, o impacto nos trabalhos legislativos deve ser ainda maior, dada a atual conjuntura política: a intervenção no Rio de Janeiro impede a tramitação de Propostas de Emendas à Constituição (PEC). Assim, o primeiro efeito notório da intervenção federal foi a suspensão da Reforma da Previdência, que tramita sob a forma da PEC 287/2016.

Diante desse cenário, existe uma tendência a acreditar que a agenda impopular do governo tenha se estagnado. No entanto, seria um erro se houvesse uma desmobilização política por parte dos trabalhadores, de modo geral, e dos servidores, em particular. Se, por um lado, é verdade que o principal projeto do Planalto tenha sido suspenso, não se pode desconsiderar outros projetos que atingem diretamente os servidores públicos.

Neste primeiro semestre, uma das matérias mais críticas para os servidores é o Projeto de Lei do Senado (PLS) 116/2017, que dispõe sobre a demissão do servidor estável por insuficiência de desempenho. A matéria já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Essa pauta persecutória ao funcionalismo tem sido uma das bandeiras daqueles que buscam um bode expiatório para o rombo das contas públicas, resultado, em verdade, da corrupção e da má gerência.

Dessa maneira, o Fonacate, por meio desta Agenda, se incumbe da missão de informar seus membros, parceiros e a sociedade não só sobre as ameaças que circundam seus direitos, como também a respeito de novas conquistas que podem ser alcançadas.



CONGRESSO NACIONAL: POSICIONAMENTO E SITUAÇÃO ATUAL



Negociação Coletiva na Administração Pública

PL 3831/2015 do senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

Ementa: Estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Explicação

O texto aprovado no Senado Federal e na Câmara dos Deputados:

- 1. Disciplina a negociação coletiva no serviço público nas três esferas administrativas e na administração direta e indireta.
- 2. Alcança todos os Poderes, além do Ministério Pública e da Defensoria Pública.
- 3. Estabelece que compete ao ente público definir o órgão que o representará na mesa de negociação permanen e.

Observação:

Durante o processo de finalização desta Agenda Legislativa, o Veto Integral 44/2017 à proposição foi mantido em Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Dado o envolvimento da maior parte das entidades afiliadas, o projeto permaneceu aqui relacionado para ser utilizado como base para atuações futuras relacionadas à essa temática.



CÂMARA DOS DEPUTADOS: POSICIONAMENTO E SITUAÇÃO ATUAL



Nova Lei de Licitações

Pl 1292/1995

Do então Senador Lauro Campos (PT/DF)

Ementa: Altera a lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Explicação

Obriga o contratado a notificar a administração pública, em oito dias, sobre as subcontratações que realizar. Estão apensadas 227 propostas ao texto principal, as quais, entre outros temas, estabelecem que:

1. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados, como obras e serviços de engenharia de grande porte.

2. Em contratos acima de R\$ 100 milhões será obrigatório a contratação de seguro-garantia de 30% desse valor.



Posicionamento: Convergente com ressalvas

Situação

Comissão Especial. Aguarda parecer do relator, dep. João Arruda (PMDB/PR)





Reforma da Previdência

PEC 287/2016 do Poder Executivo

Ementa: Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências.

Explicação

- 1. Altera a idade mínima e o tempo de contribuição para se aposentar.
- 2. Equipara as regras do Regime Geral e do Regime Próprio dos servidores públicos.
- 3. Cria regras de transição.



Situação

Plenário. Aguarda votação do relatório do dep. Arthur Oliveira Maia (PPS/BA)



Fim da contribuição de inativos

PEC 555/2006 do então deputado Carlos Mota (PSB/MG)

Ementa: Revoga o dispositivo da Emenda Constitucional 41 (Reforma da Previdência), acabando com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados.

Explicação

O substitutivo aprovado na Comissão Especial estabelece:

- 1. Redução da contribuição em 20% a cada ano, a partir dos 60 anos de idade
- 2. Fim da contribuição aos 65 anos de idade.
- 3. Incidência da contribuição apenas sobre a parcela excedente do teto do RGPS.



Situação

Plenário. Aguarda votação do relatório do dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)





Adicional noturno para servidores que recebem subsídios

PEC 339/2009 do deputado Vicentinho (PT/SP)

Ementa: Assegura o direito ao adicional noturno aos policiais militares, bombeiros militares e aos integrantes dos órgãos de segurança pública.

Explicação

O substitutivo aprovado na Comissão Especial estabelece:

- 1. Adicional noturno para diversas carreiras remuneradas por subsídios.
- 2. Que lei poderá definir requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.



Situação

Plenário. Pronta para votação. Relatoria a designar.





Divulgação de gastos indenizatórios

PL 5317/2009

do então senador Expedito Júnior (PR/RO)

Ementa: Autoriza as providências para a divulgação, pela internet, das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatórios.

Explicação

Ao projeto principal, encontram-se apensados 24 projetos, que, em aeral estabelecem que:

- 1. Os Poderes da República e os demais órgãos federais, dos estados e dos municípios, bem como empresas públicas e sociedades de economia mista e ficarão obrigados a divulgar, pela internet, informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatórios.
- 2. Poderão ser divulgados também os gastos feitos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF).
- 3. Entidades que recebam recursos públicos, como ONGs, também estarão obrigadas a prestar contas sobre seus atos.



Posicionamento: Convergente com ressalvas

Situação

CCJC. Aguarda designação de relator





Aposentadoria especial para atividades de risco

PLP 330/2006

do então deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB/RS)

Ementa: Regulamenta o inciso II do § 4º do art. 40 da Constituição, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial a servidores públicos que exerçam atividade de risco.

Explicação

O texto original do projeto prevê:

- 1. Aposentadoria voluntária ao servidor policial homem que contar 30 anos de contribuição e pelo menos 20 anos de exercício em cargo de natureza policial.
- 2. Aposentadoria voluntária à servidora policial que contar 25 anos de contribuição e pelo menos 15 anos de exercício em cargo de natureza policial.
- 3. Aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, independente da natureza dos servicos prestados.



Posicionamento: Convergente com ressalvas

Situação

CTASP. Aguarda designação de relator.



Organização sindical

PEC 314/2004 do deputado Ivan Valente (PSOL/SP)

Ementa: Altera a Constituição Federal para dispor sobre a Organização Sindical.

Explicação

O projeto estabelece:

- 1. Autonomia das entidades sindicais, sem interferência do poder público.
- 2. Direito de greve do servidor público.
- 3. Liberdade de representação sindical nos locais de trabalho.
- 4. Negociação coletiva para a administração pública.



Situação

CCJC. Aguarda designação de relator.



Licença classista para os servidores da segurança pública

PL 4825/2016 do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)

Ementa: Trata do afastamento para exercício de licença classista dos servidores integrantes dos órgãos de segurança pública.

Explicação

- 1. O projeto assegura licença classista remunerada para servidores de acordo com o número de associados das entidades.
- 2. Somente poderão ser licenciados os servidores eleitos para cargos da Direção Executiva.
- 3. A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser renovado em caso de reeleição.



Situação

Plenário. Aguarda análise de recurso do autor contra despacho de arquivamento feito pela Mesa.



Regulamentação de greve em serviços essenciais

PL 401/1991 do então deputado Paulo Paim (PT/RS)

Ementa: Define os serviços ou atividades essenciais, para os efeitos do direito de greve, previsto no parágrafo 1º do art. 9º da Constituição Federal.

Explicação

O projeto original abarca apenas a urgência médica como atividade essencial, mas os 16 projetos apensados e ele dispõem sobre:

- Inclusão de outras áreas no rol de atividades essenciais, tais como educação para portadores de necessidades especiais de aprendizagem; Previdência e Assistência Social.
- 2. Proibição da demissão dos trabalhadores grevistas durante a greve ou em razão dela.
- 3. Proibição da interferência das Forças Armadas em conflitos trabalhistas.



Posicionamento: Convergente com ressalvas

Situação

CCJC. Aguarda designação de relator.



Permissão a servidores administrativos o exercício do magistério

PEC 219/2012 da então deputada Andreia Zito (PSDB/RJ)

Ementa: Permite que servidores públicos das carreiras administrativas possam exercer o cargo de professor.

Explicação

O projeto permite a acumulação do cargo de professor com outro, de natureza administrativa, técnica ou científica.



Situação

CCJC. Aguarda designação de relator.



Assédio moral como improbidade administrativa

PL 8178/2014 do então senador Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Ementa: Altera o art. 11 da Lei nº 8.429, para caracterizar o assédio moral como ato de improbidade administrativa.

Explicação

Ao projeto principal encontram-se apensados dois projetos. O texto aprovado no Senado Federal altera a Lei de Improbidade Administrativa, para estabelecer o assédio moral como ato de improbidade administrativa.



Situação

CCJC. Aguarda designação do relator.



Regulamentação do teto remuneratório

PL 6726/2016

da Comissão Especial do Extrateto do Senado Federal

Ementa: Regulamenta o limite remuneratório de que tratam o inciso XI e os §§ 9º e 11 do art. 37 da Constituição Federal.

PL 3123/2015

do Poder Executivo

Ementa: Disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos.

Explicação

Ao projeto principal encontra-se apensado o PL 3123/2015. O texto aprovado no Senado Federal estabelece uma lista de rendimentos que serão considerados para efeitos do teto remuneratório.



Posicionamento: Convergente com ressalvas

Situação

Comissão Especial. Aguarda parecer do relator, dep. Rubens Bueno (PPS/PR)



Lei Geral dos concursos públicos

PL 252/2003

do então senador Jorge Bornhausen (PFL/SC)

Ementa: Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos.

Explicação

Ao projeto principal encontram-se apensados mais de 30 projetos. O texto aprovado no Senado Federal estabelece regras gerais sobre:

- 1. Editais e inscrições.
- 2. Elaboração e aplicação das provas.
- 3. Aprovação de candidatos.
- 4. Atos contra o concurso público.



Posicionamento: Convergente com ressalvas

Situação

CCJC. Aguarda designação do relator.



SENADO FEDERAL: POSICIONAMENTO E SITUAÇÃO ATUAL



Aposentadoria integral por invalidez para servidores

PEC 56/2014

da então deputada Andreia Zito (PSDB/RJ)

Ementa: Assegura proventos integrais à aposentadoria por invalidez permanente em todas as hipóteses e estabelece a revisão dos proventos de aposentadorias por invalidez já concedidas, com efeitos financeiros a partir da data da promulgação da Emenda Constitucional

Explicação

O texto aprovado na Câmara dos Deputados e na CCJ do Senado Federal prevê:

- 1. Tratamento isonômico para os servidores aposentados por invalidez, independente da causa que originou a invalidez.
- 2. O valor dos proventos e os critérios para sua correção ficarão condicionados à data do ingresso no serviço público.
- 3. A integralidade e a paridade só serão asseguradas aos ingressos até 31 de dezembro de 2003, data da publicação da Emenda Constitucional 41.



Situação

Plenário. Pronta para votação do parecer do relator sen. Romero Jucá (MDB/RR)





Demissão de servidores por insuficiência de desempenho

PLS 116/2017

da senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE))

Ementa: Regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável.

Explicação

O substitutivo aprovado na CCJ prevê:

- 1. A produtividade e a qualidade como fatores avaliativos fixos.
- 2. Inovação, responsabilidade, capacidade de iniciativa, foco no usuário/cidadão como possíveis critérios variáveis.
- 3. Uma comissão para avaliar o desempenho do servidor.



Situação

CAS. Aguarda parecer do relator, sen. Airton Sandoval (MDB/SP)



Regulamentação do direito de greve dos servidores públicos

PLS 287/2013.

do Fórum Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate)

Ementa: Dispõe sobre as relações do trabalho, o tratamento de conflitos, o direito de greve e regulamenta a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho -OIT, estabelecendo as diretrizes da negociação coletiva no âmbito da administração pública dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

PLS 701/2011

do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Ementa: Disciplina o exercício do direito de greve dos servidores públicos.

Explicação

O texto aprovado na CDH estabelece:

- 1. Que a participação em greve não desabona o servidor em avaliações de desempenho.
- 2. As mesas de negociação com representantes da administração pública e dos servidores.
- 3. Que é da competência da Justiça do Trabalho o julgamento de dissídios e ações sobre greves.



Situação

CCJ. Aguarda votação do parecer do relator, sen. Paulo Paim (PT/RS), favorável com emendas ao PLS 287 e contrário ao PLS 701





Medidas de combate à corrupção

PLC 27/2017 de iniciativa popular

Ementa: Estabelece medidas de combate à impunidade e à corrupção, alterando, entre outros dispositivos, o Código Penal e Código de Processo Penal.

Explicação

O texto aprovado na Câmara dos Deputados:

- 1. Considera razoável duração do processo o prazo que não exceda 3 anos na instância originária e 1 ano na recursal.
- 2. Define crimes de abuso de autoridade dos Magistrados e dos membros do Ministério Público.
- 3. Prevê treinamento para os servidores públicos a respeito de procedimentos em situações propícias a atos de improbidade administrativa e crimes contra administração pública.



Posicionamento: Convergente com ressalvas

Situação

CCJ. Aguarda designação de relator.



SIGLAS UTILIZADAS

Congresso Nacional

MP - Medida Provisória

VET - Veto

Câmara dos Deputados

CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

CFT - Comissão de Finanças e Tributação

CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime

Organizado

CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família

CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

CESP - Comissão Especial

PL - Projeto de Lei

PLP - Projeto de Lei Complementar

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

Senado Federal

CAF - Comissão de Assuntos Econômicos

CAS - Comissão de Assuntos Sociais

CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CTFC - Comissão Transparência, Governança, Fiscalização e

Controle e Defesa do Consumidor

PLS - Projeto de Lei do Senado

PEC - Proposta de Emenda à Constituição



Ficha Técnica

Produção: Metapolítica

Coordenação-Geral e Redação: Jorge Ramos Mizael

Supervisão: Vivian Danielle Silva

Diagramação: Thayene Rocha

Agenda Legislativa Fonacate 2018 Metapolítica www.metapolitica.com.br/ E-mail: contato@metapolitica.com.br Fone: (61) 9 8408-3538



..... ENTIDADES AFILIADAS

























































